

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/41030	53980/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1 / 1)
Presidente da Câmara Municipal
Data Assinatura: 12/02/2025
HASH: 727a7aeef1a280377f3c4e669c031f9



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/40656	50088/2025	Fiscalização de operações urbanísticas
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Fiscalização de Urbanismo \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 50088/2025

Local: Largo Senhora da Boa Luz, nº 1-9 / Rua Cruz de Pedra, Maximinos, Sé e Cidade

Assunto: Monitorização em sede de Controlo Sucessivo

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Para o local foi emitido o Alvará de obras n.º 2025-0293 de 23/09/2025, válido por 24 meses, (SPO 6163/2023 - GES 32884/2025).

Em ação inspetiva realizada ao local, foi verificado que a obra se encontrava em fechada, não tendo sido dado início à mesma. Deverá ser verificada a apresentação de comunicação de início de trabalhos, logo que tal facto ocorra.

A obra encontra-se vedada, não se encontrando ninguém no local, pelo que, foi extemporâneo aferir a existência de Livro de Obra.

Deverá notificar-se o proprietário a publicitar o Alvará de Licenciamento, obrigatoriedade definida nos termos do art.º 12.º, do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), sob forma de aviso, segundo o modelo aprovado pela Portaria n.º 71-B/2024, de 27/02, a colocar no local da obra, de forma visível da via pública, cuja infração é punível como contraordenação, conforme a alínea j), do art.º 98.º, do mesmo diploma, pelo que deverá ser elaborada a respetiva participação interna.

Foi encontrada ocupação do espaço público, sem título (processo de OVP iniciado 49133/2025 e 52018/2025), facto pelo qual foi elaborada a respetiva participação interna (PI-1054-2025), para efeitos de PCO, devendo o proprietário ser notificado a regularizar a situação, caso contrário, nos



termos da alínea a), do nº 1, do artigo I/29º do CRMB (Código Regulamentar do Município de Braga), disporá do prazo máximo de cinco dias, para proceder à remoção voluntária dessa ocupação do espaço público (vedação metálica, areia, andaimes, madeira, etc), sem título, pois tal facto viola o disposto no Artigo D-2/13.º do Código Regulamentar do Município de Braga. Na eventualidade de, no mesmo prazo, o facto em causa não for voluntariamente removido ou dado início ao seu licenciamento, a remoção será realizada coercivamente por este Município, sendo imputadas ao proprietário todas as despesas realizadas.

Espaços exteriores encontravam-se limpos e sem danos.

De manter a monitorização da obra, em sede de controlo sucessivo,

Dar conhecimento a todos os interessados.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

